



ANITA LEOCÁDIA PRESTES*

 <https://orcid.org/0000-0001-6910-8333>

Comitê editorial

Laurinete Silva
Luciana Cantalice
Tatiana Brettas
Tháísa Closs

Nesta primeira edição de 2022, o comitê editorial da *Temporalis* convidou Anita Leocádia Prestes para uma entrevista enviada por e-mail e realizada por escrito. A historiadora e presidente do Instituto Luiz Carlos Prestes é autora de diversos livros, sendo os mais recentes: *Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro* (Boitempo, 2015), *Olga Benario Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo* (Boitempo, 2017) e *Viver é tomar partido: memórias* (Boitempo, 2019). Em nossa entrevista, a autora tratou de temas como a Aliança Nacional Libertadora (ANL), a ditadura empresarial-militar e a luta por Memória, Verdade e Justiça no Brasil. Apresentou uma rica análise do fascismo e debateu a pertinência do uso desta caracterização para abordar não apenas o momento atual, como também outras passagens de nossa formação econômico-social. Ao apresentar sua fundamentação, a militante revolucionária nos brinda com uma profícua bibliografia acerca deste tema, que publicamos ao final, quebrando em parte os protocolos de uma entrevista.

* Historiadora. Doutora em História. Docente do Programa de Pós-graduação em História Comparada (PPGHC/ UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Professora aposentada do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). Presidente do Instituto Luiz Carlos Prestes. E-mail: lygiaprestes@gmail.com.

DOI 10.22422/temporalis.2022v22n43p207-221



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

Temporalis: Sua história de vida é marcada pela construção da luta revolucionária contra o fascismo. Considerando que a compreensão da realidade contemporânea nos exige um resgate da formação econômico-social brasileira, qual é, na sua avaliação, a importância da

Aliança Nacional Libertadora (ANL), formada em 1935, para o combate ao integralismo no Brasil e ao crescimento do fascismo em âmbito internacional?

Anita Leocádia Prestes: A ANL foi uma frente popular democrática, extremamente ampla, que agrupou múltiplos setores da sociedade brasileira — comunistas, “ex-tenentes”, socialistas, entidades sindicais, estudantis, femininas, assim como personalidades importantes da cultura nacional — em torno da luta contra o fascismo, o integralismo, pela reforma agrária e contra a dominação imperialista do País. Fundada em março de 1935, na cidade do Rio de Janeiro, teve Luiz Carlos Prestes aclamado presidente de honra da entidade. Seu lema — “Pão, Terra e Liberdade” — mobilizou grandes massas em concorridos atos públicos. Diante da aprovação pelo Governo Vargas de uma Lei de Segurança Nacional, conhecida como “lei monstro”, o movimento cresceu e se mostrou capaz de tornar-se ameaça potencial aos objetivos governistas. Em julho de 1935, a ANL foi posta fora da lei e proibidas todas suas atividades.

Sob influência dos comunistas, considerou-se que havia no Brasil uma “situação revolucionária”, posição que se revelou equivocada, pois a partir dela foi tentada a preparação de uma insurreição visando à derrubada de Vargas e ao estabelecimento de um Governo Popular Nacional Revolucionário sob a liderança de Luiz Carlos Prestes — o “poder da ANL”. Derrotados os levantes de novembro de 1935, foi desencadeada uma onda repressiva sem precedentes no País. Apesar do fracasso, a experiência da ANL mostrou-se fundamental, pois revelou que as forças democráticas unidas podem derrotar o fascismo. Luiz Carlos Prestes (1972) diria anos mais tarde: “Em vez de reforçar a frente popular, anti-imperialista e antifascista, de prosseguir acumulando forças, mediante a luta de massas, em defesa das liberdades democráticas e contra o fascismo, nos lançamos prematuramente à luta pelo poder. É uma lição para nós da maior atualidade”. Para Prestes, dessa forma, seria necessário acumular forças capazes de influir decisivamente nos destinos do País.

Temporalis: A ditadura empresarial-militar brasileira ancorou-se em uma articulação entre setores castrenses e a grande burguesia nacional e internacional, o que possibilitou um salto nas relações capitalistas de grandes proporções. Como analisar o período da ditadura empresarial-militar e seu legado?

Anita Leocádia Prestes: Atualmente no Brasil, diante do “fenômeno Bolsonaro” que se explicitou com as eleições presidenciais de 2018, parte das “esquerdas” se depara com a seguinte questão: podemos afirmar que existe uma ameaça fascista em nosso País? Seria correto identificar esse fenômeno com o fascismo? Enquanto alguns empregam o termo *fascismo* como sinônimo de autoritarismo, identificando qualquer forma de regime autoritário com essa designação, outros a associam exclusivamente a regimes que se

estabeleceram na Europa, durante os anos de 1920/1930, em especial os que contaram com as lideranças de Hitler na Alemanha e Mussolini na Itália.

Regimes autoritários nem sempre devem ser identificados com fascismo ou neofascismo. Se partirmos da tese de V.I. Lenin de que o imperialismo é a fase superior do capitalismo, chegaremos à compreensão, com base na teoria marxista, de que sua principal característica consiste na formação do capital financeiro — entendido não só como o surgimento dos grupos monopolistas, como, em especial, da fusão do capital industrial com o capital bancário. Tal pressuposto contribui para justificar a conceituação de *fascismo* a partir de sua base econômica, embora se reconheça que apenas esse aspecto não seja suficiente para caracterizá-lo.

A definição de fascismo proposta, em 1935, por Jorge Dimitrov, conhecido dirigente da Internacional Comunista, tem se revelado válida e atual, ao afirmar que o *fascismo* no poder se caracteriza por ser “a ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas e mais imperialistas do capital financeiro” (DIMITROV, 1969, p. 117, tradução nossa). Temos, portanto, o fascismo associado essencialmente ao domínio do capital financeiro, o que não significa que exista um atrelamento automático de um regime fascista a todo sistema de dominação do capital financeiro.

Os críticos dessa definição para caracterizar o “fenômeno Bolsonaro” — e a possibilidade de sua transformação num regime de tipo fascista — não só questionam sua aplicação à nossa realidade como, para justificar sua rejeição, apresentam outros traços do fascismo europeu dos anos que antecederam à Segunda Guerra Mundial — a existência de partidos de massa, o expansionismo militar, o racismo declarado etc. —, os quais não estariam presentes no Brasil.

Sabemos que a correlação das forças de classe em confronto na sociedade será sempre, em última instância, a definidora da necessidade de a burguesia recorrer ao fascismo para assegurar sua sobrevivência e sua continuidade em momentos de crise. Recorro mais uma vez a Dimitrov (1969a, p. 11, tradução nossa): quando menciona que é tarefa do fascismo “assegurar no sentido político o êxito da ofensiva do capital, da exploração e do saque das massas populares pela minoria capitalista e garantir a unidade da dominação dessa minoria sobre a maioria popular”.

Frente à ascensão fascista na Itália, Antonio Gramsci escrevia em 1921 que o fascismo “em escala internacional” “é a tentativa de resolver os problemas da produção e da troca através de rajadas de metralhadora e de tiros de pistola” (GRAMSCI, 2004, p. 46). Já em 1924, o dirigente comunista italiano entendia que “não havia outra solução que não a fascista, depois que a classe operária, em 1920, fracassou em sua tarefa de criar com seus próprios meios um Estado capaz de satisfazer também as exigências nacionais unitárias da sociedade italiana” (GRAMSCI, 2004, p. 57).

Na mesma época, Clara Zetkin, dirigente do Partido Comunista Alemão, reconhecia no fascismo a incapacidade de a burguesia defender-se por meios institucionais legais, recorrendo por isso a métodos “extralegais e extra-estatais”. Por outro lado, afirmava que

o fascismo atrai amplas camadas sociais, grandes massas, inclusive o proletariado, não só graças à gravidade da crise, mas também porque esses elementos estão desencantados com o socialismo reformista e a falta de combatividade do comunismo.

Tendo por base tais pressupostos, mostrei, em artigo publicado há dois anos (PRESTES, 2019) que, enquanto o Estado Novo não poderia ser identificado com o fascismo, a ditadura militar, implantada no Brasil a partir de 1964, passou por um processo de fascistização que, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de dezembro de 1968, adquiriu características de regime fascista — ditadura dos setores mais reacionários do capital financeiro internacionalizado, exercida fundamentalmente através do Alto Comando do Exército. Processo este estreitamente associado à formação no País de um sistema econômico marcado pelo domínio e o entrelaçamento dos interesses monopolistas nacionais e internacionais com o Estado brasileiro, ou seja, pelo domínio do capital financeiro internacionalizado. As medidas de exceção adotadas a partir do AI-5 foram necessárias para controlar e esmagar as tentativas de reanimação das lutas populares tanto em setores dos trabalhadores quanto, em particular, do movimento estudantil.

Ao caracterizar a ditadura militar no Brasil, a partir da vigência do AI-5, como *fascista* faz-se necessário ponderar que o fascismo não constitui um fenômeno passível de ser definido como estabelecido definitivamente. Palmiro Togliatti, importante dirigente comunista italiano, companheiro de Gramsci, que enfrentou diretamente o regime de Mussolini, escreveu a respeito em 1935: “é preciso não considerar o fascismo como qualquer coisa de definitiva caracterizada, é preciso considerá-lo no seu desenvolvimento, nunca como algo fixo, nunca como um esquema ou um modelo, mas como consequência de uma série de relações econômicas e políticas reais, resultantes de fatores reais, da situação econômica, da luta de massas.” (TOGLIATTI, 1971, p. 27-28, tradução nossa).

Há que assinalar que, embora no Brasil nem mesmo às vésperas do golpe de abril de 1964 estivesse posta na ordem-do-dia uma “ameaça revolucionária” aos interesses das classes dominantes, o país é parte do continente latino-americano, em que os efeitos da Revolução Cubana se faziam sentir, levando o grande capital internacionalizado, em particular o de origem estadunidense, a adotar medidas de caráter preventivo. Nesse sentido, continua válida a observação de Shafik Jorge Handal (1976, p. 124, tradução nossa), dirigente comunista salvadorenho, ao defender a tese de que “o fascismo é acima de tudo uma contrarrevolução” e, no caso da América Latina, os regimes fascistas foram principalmente uma resposta à Revolução Cubana. Referindo-se ao Brasil, Handal escrevia em 1976 (p. 132): “O modelo brasileiro adquiriu grande prestígio entre as classes dominantes latino-americanas e, especialmente, entre os estrategistas do imperialismo ianque, até se converter no núcleo da alternativa contrarrevolucionária para toda a América Latina”.

O dirigente salvadorenho mostrava-se favorável à atribuição do título de fascismo ao modelo brasileiro, uma vez que “expressa em essência o fascismo de hoje nas condições da América Latina”, e acrescentava: “A função histórica do fascismo na América Latina consiste em *salvar o capitalismo dependente, modernizando-o, promovendo-o a passar a fase*

de capitalismo monopolista dependente e, onde existam condições para isso, ao capitalismo monopolista de Estado dependente”. (HANDAL, 1976, p. 132, grifo do autor).

Embora se possa considerar discutível a tese da transição ao Capitalismo Monopolista de Estado no Brasil, tese que discuti no meu doutoramento em Moscou (PRESTES, 1975), a partir do estabelecimento da ditadura militar e de sua evolução para um regime fascista, é inegável que as medidas adotadas por esse regime permitiram que a articulação do capital financeiro internacionalizado — com a participação dos monopólios brasileiros dele dependentes e a ele associados — e o Estado nacional assumisse grande importância na economia brasileira, tornando-se fator decisivo na economia e em toda a vida da Nação. Cabe lembrar que ultimamente a teoria do Capitalismo Monopolista de Estado vem sendo resgatada e renovada por autores marxistas dedicados ao estudo do conceito de Estado proposto por Karl Marx (BINUS; LANDEFELD; WEHR, 2017 apud GODELS, 2018).

É indiscutível que, sem um regime de tipo fascista, nas condições existentes no país à época, não teria sido possível implantar tais medidas, dadas as resistências reveladas pelo nível atingido das contradições sociais então presentes. Destacando o papel modernizador do fascismo, Handal (1976, p. 142, grifo do autor) escrevia que, enquanto a função dos “regimes tradicionais é conservadora, visando favorecer as oligarquias latifundiárias e burguesas”, “a função do fascismo é salvar o capitalismo dependente frente à revolução e modernizá-lo, favorecendo os consórcios transnacionais e os burgueses locais seus associados, salvar e consolidar a hegemonia política e militar do imperialismo ianque ameaçada de colapso na nossa região”.

Ainda que o fascismo deva ser entendido como regime político, como “expressão política superestrutural” do capitalismo, para Handal (1976, p. 129), ele possui “fundamentos econômicos e sociais”, assim como “um programa a ser realizado nesses terrenos”. O dirigente salvadorenho sublinhava que o “fascismo é antes de tudo um fenômeno superestrutural, um fenômeno político dentro do capitalismo, próprio da época do seu declínio histórico”.

Ao afirmarmos que a ditadura militar que se estabeleceu no Brasil era fascista, principalmente a partir da decretação do AI-5, devemos reconhecer que suas características, assim como as de outros regimes do mesmo tipo na América Latina dos anos 1970, foram distintas dos exemplos conhecidos na Europa nos anos 1930-40. Handal (1976, p. 144-5) apontava para uma especificidade significativa do fascismo na América Latina: o exército substituindo o papel do partido, embora, ao desempenhar essa função, ele pudesse contribuir para sua própria derrota.

Contrariamente àqueles que buscam nas experiências fascistas que vigoraram na América Latina as *mobilizações de massas* verificadas durante os anos 1920/30 nos regimes fascistas da Alemanha e da Itália, o sociólogo Florestan Fernandes, ao abordar as características do fascismo na América Latina, aponta para “uma forma de fascismo de menor refinamento ideológico, que envolve menor ‘orquestração de massa’ e um aparato de propaganda mais rudimentar”, destacando que essa espécie de fascismo “pressupõe mais uma exacerbação

do uso autoritário e totalitário da luta de classes, da opressão social e de repressão política pelo Estado, do que *doutrinação de massa e movimentos de massa*” (FERNANDES, 1981, p.16-7, grifo nosso).

Como se procurou mostrar, o que existe de comum entre todos os tipos de regimes fascistas é sua essência econômica — ditadura terrorista dos elementos mais reacionários do *capital financeiro*, hoje internacionalizado, contando com a inclusão de monopólios nacionais dele dependentes e a ele associados.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento de ditaduras fascistas historicamente sempre resultou da incapacidade das forças progressistas e/ou revolucionárias apresentarem uma alternativa que pudesse ser vitoriosa, fator que as levaria ao descrédito perante amplos setores populares, como fora registrado ao seu tempo por Clara Zetkin (AYCOBERRY, 1979), abrindo caminho para a ascensão de grupos fascistas representativos dos interesses mais reacionários do capital financeiro.

Vinte e um anos de ditadura militar no Brasil (1964-85) garantiram as condições necessárias — o esmagamento das resistências por parte de diversificados setores populares — para que fosse estabelecido um novo patamar do sistema capitalista no País que pudesse garantir os lucros espetaculares do grande capital financeiro internacionalizado. A nova crise do capitalismo mundial no início dos anos 1970, com as conhecidas consequências desastrosas para amplos setores populacionais, provocaria a reanimação da resistência e das lutas de tais setores, cujo momento de virada no Brasil foi a derrota eleitoral da ditadura nas eleições parlamentares de 1974, não obstante as limitações existentes ao exercício democrático do voto.

Temporalis: Ainda precisamos avançar no esforço coletivo de compreender a ditadura do ponto de vista da luta de classes no País. Por exemplo, a luta por Memória, Verdade e Justiça teve menos repercussão aqui do que em outros países da América do Sul. Ao mesmo tempo, temos hoje uma forte presença militar no governo federal e movimentos que reivindicam o retorno da ditadura. Qual é a sua avaliação sobre estes fenômenos?

Anita Leocádia Prestes: Como resultado da nova correlação de forças criada no País, com a reanimação das lutas populares, quando as greves operárias no ABCD (1978-79) constituíram seu momento culminante, e em particular com o avanço do movimento por uma “anistia ampla, geral e irrestrita” para os presos e perseguidos políticos, assim como as mudanças ocorridas no panorama mundial provocadas com o recuo dos partidários da Guerra Fria, tornou-se premente à preservação dos interesses do grande capital internacionalizado contribuir para transições democráticas o mais limitadas, dentro do possível, nas condições então existentes.

Dadas a debilidade e a desarticulação dos setores de oposição à ditadura — em parte devido ao seu esmagamento pela violenta repressão de que foram vítimas —, houve no Brasil uma *transição pactuada*, sob a liderança de políticos liberais como Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, para uma *democracia tutelada pelos militares*, em que a anistia então promulgada se estendeu aos torturadores. Fenômeno semelhante teve lugar em maior ou menor medida

nas transições democráticas ocorridas a partir do desgaste das ditaduras em países como Chile, Argentina, Uruguai.

Estabeleceu-se no Brasil uma democracia tutelada pelo *poder militar*, consagrado com a introdução do artigo 142 na Constituição de 1988. Luiz Carlos Prestes escreveu que, nesse artigo, foram atribuídas às Forças Armadas “funções evidentemente incompatíveis com um regime efetivamente democrático”, esclarecendo: “Trata-se de preceito que constituiu uma das maiores ou, mesmo, a maior vitória dos generais na Constituinte” [...], pois “eles (os militares) ganham (na Constituinte) todas as batalhas”. Segundo Prestes (1988): “Em nome da salvaguarda da lei e da ordem pública, ou de sua “garantia”, estarão as Forças Armadas colocadas acima dos três poderes do Estado. *Com a nova Constituição, prosseguirá, assim, o predomínio das Forças Armadas na direção política da Nação*, podendo, constitucionalmente, tanto depor o presidente da República quanto os três poderes do Estado, como também intervir no movimento sindical, destituindo seus dirigentes ou intervindo abertamente em qualquer movimento grevista, como vem se fazendo desde os decretos de Getúlio Vargas de 1931, ou mesmo, voltando aos tempos anteriores em que a questão social era considerada uma questão de polícia, segundo o senhor Washington Luís”.

A presença e o domínio do *poder militar* na vida nacional, denunciados por Prestes, assim como a manutenção da Lei de Segurança Nacional e do entulho da legislação fascista implantada no Brasil nos 21 anos de ditadura militar (1964 a 1985) perduraram durante os governos que a sucederam, inclusive nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Estes deram continuidade às políticas de corte neoliberal, associadas a medidas assistencialistas (bolsa-família etc.) e nada fizeram para elevar o nível de organização e consciência política das massas trabalhadoras, não as prepararam para enfrentar a ofensiva do capital financeiro internacionalizado, que viria a partir de 2008 com a grave crise que abalou o sistema capitalista mundial. Na realidade, os governos do PT seguiram o exemplo da social-democracia europeia, ou seja, levaram adiante políticas reformistas, sem jamais questionar os fundamentos capitalistas da sociedade brasileira atual — caminho este que fracassaria no continente europeu e revelaria sua total incapacidade de abrir perspectivas para a superação das sucessivas crises do sistema capitalista do qual o Brasil faz parte em posição dependente e subordinada.

A partir de meados de 2013, a insatisfação popular se fez sentir nas manifestações que tiveram lugar por todo o País, as quais, tudo indica, foram habilmente manipuladas por setores ligados ao grande capital visando desestabilizar os governos do PT, cuja política se tornara insatisfatória para atender aos interesses do capital financeiro internacionalizado numa situação de crise econômica e grande descontentamento popular. Para o grande capital assegurar a continuidade dos seus lucros fabulosos, era necessário adotar medidas drásticas de contenção de despesas orçamentárias, penalizando mais ainda as massas trabalhadoras.

Desde o início do segundo governo Dilma Rousseff (2015-16), com os efeitos da crise internacional repercutindo fortemente na economia brasileira, a presidente procurou

aplicar soluções inspiradas no receituário neoliberal, nomeando com tal objetivo, dentre outros, ministros como Joaquim Levy e Katia Abreu para as pastas da Fazenda e da Agricultura respectivamente — personagens reconhecidos pelo seu comprometimento com tais políticas. O insucesso da adoção dessas medidas, voltadas a restringir os direitos trabalhistas e previdenciários dos setores populares, mantendo os benefícios destinados ao agronegócio e a outros grupos empresariais, aliado à inabilidade política da presidente no trato com o Congresso Nacional, facilitaria a desestabilização do seu governo e a realização do *golpe jurídico-parlamentar* deflagrado contra ela, em 2016, de acordo com os ditames do capital financeiro internacionalizado e, antes de tudo, pelos setores ligados ao imperialismo estadunidense. Seguiu-se no Brasil o mesmo modelo de golpe que já fora aplicado em Honduras e no Paraguai. Sob a aparência de *impeachment* democraticamente decretado pelo Congresso Nacional, evitava-se o desgaste dos tradicionais *golpes militares* tantas vezes executados no passado no continente latino-americano.

Ainda em 2014, prevendo a provável eleição de Luiz Inácio Lula da Silva na próxima sucessão presidencial, foi montada com o juiz federal Sérgio Moro, da 13.^a Vara Criminal Federal de Curitiba, a chamada “Operação Lava Jato”, que contou com a colaboração de especialistas estadunidenses no assunto. Efetivamente, com a aproximação da data das eleições presidenciais, previstas para outubro de 2018, a candidatura de Lula passou a contar com a preferência do eleitorado, segundo as pesquisas que iam sendo divulgadas pelas agências especializadas, o que representava para o capital financeiro internacionalizado o risco da volta de governos do PT e das dificuldades que teria que enfrentar para aplicar medidas drásticas de cortes orçamentários atingindo grandes contingentes de trabalhadores brasileiros, inclusive os aposentados. Com o recurso a uma sentença desprovida de provas, Sérgio Moro condenou Lula a mais de doze anos de prisão, mantendo-o encarcerado nas dependências da Polícia Federal em Curitiba. Garantiu-se assim a ausência de sua candidatura no pleito de 2018.

Durante os governos do PT, os generais do Alto Comando, que haviam recuado em relação ao protagonismo anterior, não deixaram, entretanto, de prosseguir formando seus quadros sob os ditames da Doutrina de Segurança Nacional, aperfeiçoada com contribuições como o calhamaço de quase mil páginas, intitulado *Orvil* (Olho por olho), elaborado sob a orientação do general Leônidas Pires Gonçalves ainda nos anos de 1986-88, e mantido secreto até 2007, quando foi divulgado por iniciativa do jornalista Lucas Figueiredo (2020).

Nas palavras do professor da UERJ e pesquisador dos militares, Dr. João César de Castro Rocha, no *Orvil*, “além da compilação de documentos e fatos, os militares procuram mostrar que a esquerda da luta armada, na concepção do Exército, era terrorista e provocou tantos assassinatos e tantas mortes quanto o próprio Exército” e propõem que “o século XX brasileiro assistiu a uma investida constante do movimento comunista internacional para impor ao Brasil a ditadura do proletariado. É uma narrativa delirante. É uma teoria conspiratória, simplesmente absurda. [...] Em outras palavras, a esquerda triunfou somente quando o aparato repressivo foi desativado! Culpa, pois, da distensão proposta por Geisel... O *Orvil* é uma peça de defesa para evitar a acusação!” (ROCHA, 2020).

Ao mesmo tempo, influenciados pelo neoconservadorismo estadunidense dos anos 1980, adquiriam influência entre os generais brasileiros os escritos do general Sérgio Augusto de Avelar Coutinho, publicados em 2002 (*Revolução gramscista no Ocidente*) e 2003 (*Cadernos da Liberdade*), o último reeditado pela Biblioteca do Exército em 2010. Segundo o professor do Instituto de Economia da UFRJ, doutor Eduardo Costa Pinto, para os ideólogos neoconservadores, “o ‘politicamente correto’ é igual ao ‘marxismo cultural’ e seria uma estratégia dos marxistas (em sua luta revolucionária) que teriam migrado da dimensão econômica para a cultural” (PINTO, 2019, p. 5), e as ideias do general Coutinho “foram influenciadas pela ideologia da extrema direita (conspiratória) norte-americana e pela ‘teoria da guerra revolucionária’ [...]” (PINTO, 2019, p. 9), sendo que essas ideias têm sido repetidas por oficiais do alto escalão das Forças Armadas.

A permanência da *tutela militar* no período da governança petista é uma prova de que nada praticamente foi feito para modificar essa situação esdrúxula nos quadros de uma democracia representativa — o *poder militar* como uma espada de Dâmocles sobre as instituições nacionais. Embora de 2011 a 2014, no governo da presidente Dilma Rousseff, tivesse funcionado a chamada Comissão Nacional da Verdade, estabelecida para apurar os crimes da ditadura militar de 18 de setembro de 1964 e 5 de outubro de 1968, a fim de construir memória histórica do período, nada foi feito, uma vez apurados esses crimes, para puni-los devidamente, como em certa medida foi realizado na Argentina, Uruguai e Chile. Os torturadores e seus mandantes continuaram impunes, afrontando a legislação internacional sobre a prática da tortura como crime inafiançável. Com o aval do STF (Supremo Tribunal Federal), que em abril de 2010 se pronunciou contra a revisão da Lei de Anistia, perdendo os acusados de prática da tortura, foi mantida essa escandalosa capitulação frente ao *poder militar* no Brasil.

Temporalis: O avanço do conservadorismo e o crescimento do poder da extrema direita têm produzido análises na conjuntura nacional e internacional. Muitas e muitos estão resgatando as formulações sobre o fascismo e buscando atualizações com diversas denominações: protofascismo, neofascismo, necrofascismo, fascismo do século XXI, fascismo à brasileira, dentre outras. Qual a sua análise sobre este período recente da realidade brasileira? Estamos diante de uma versão atualizada do fascismo?

Anita Leocádia Prestes: Em parte, já respondi acima a essa questão. Contudo, creio que vale a pena dizer alguma coisa especificamente sobre o “fenômeno Bolsonaro”.

Jair Messias Bolsonaro, o atual presidente do Brasil, é um capitão do Exército afastado de suas fileiras após tentar explodir bombas em banheiros da Vila Militar da Academia Militar de Agulhas Negras e em outros quartéis militares com o objetivo de protestar contra o baixo salário que dizia os militares receberem na época. Absolvido pelo Superior Tribunal Militar (STM) por suposta insuficiência de provas foi para a reserva, iniciando carreira política em 1988 ao eleger-se vereador na cidade do Rio de Janeiro. Em 1990 elegeu-se deputado federal, reelegendo-se seis vezes durante quase trinta anos. Teve sua atuação na Câmara Federal voltada para o favorecimento dos militares, principalmente em benefício

dos oficiais de baixa patente. Dessa forma, angariou prestígio e apoio junto a esses setores (VALENTE, 2021).

Antes de candidatar-se à presidência da República nas eleições de 2018, Jair Bolsonaro já revelara atitudes e posicionamentos de tipo truculento, antidemocrático e fascista. Lembremos sua fala em 2016, durante a votação do impeachment da presidente Dilma Rousseff, na Câmara dos Deputados, quando dedicou seu voto ao coronel Brilhante Ustra, conhecido torturador do período da ditadura militar no Brasil. Também já eram conhecidas suas estreitas ligações com as milícias do Rio de Janeiro. Durante a campanha eleitoral à presidência da República, Bolsonaro deixou clara sua admiração pelo regime militar de 1964, pelas práticas repressoras e de tortura contra os comunistas e todos os “subversivos”, assim como seu posicionamento contra o chamado “politicamente correto” (o dito “marxismo cultural”), a favor de liberar a venda e o porte de armas e da liquidação das instituições democráticas inerentes ao Estado de direito burguês.

Conhecedores das características do capitão Jair Bolsonaro, os representantes do grande capital nacional e internacional não hesitaram em conceder apoio a essa candidatura. A escolha de Paulo Guedes, conhecido *Chicago-boy*, defensor das políticas e das práticas neoliberais, para provável ministro da Economia do futuro governo Bolsonaro, que passou a chamá-lo de seu “posto Ipiranga”, correspondia aos interesses do capital financeiro (a “turma da Brigadeiro Faria Lima” em São Paulo) num momento de agravamento da crise do sistema capitalista. Segundo Bolsonaro, todos os problemas referentes à economia brasileira seriam, no seu governo, decididos e encaminhados nos marcos das políticas neoliberais, de acordo com as diretrizes traçadas por Paulo Guedes, um dos fundadores do Instituto Millenium (Imil), entidade que defende e difunde os valores do grande capital. (cf. RIZÉRIO, 2017).

O compromisso assumido por Bolsonaro e seu futuro ministro da Economia consistia na promoção de reformas que permitissem a privatização das empresas estatais e cortes orçamentários, dirigidos contra os direitos e as conquistas dos trabalhadores e das camadas médias da população, inclusive de grande parte do funcionalismo público. Dessa forma, ficariam garantidos os lucros do restrito círculo de magnatas do capital financeiro internacionalizado. Tratava-se de eleger um governo que garantisse tais interesses, apelando se necessário para a repressão aos movimentos sociais e às lutas populares. A dupla Bolsonaro & Guedes preenchia tais condições — essa a razão do apoio que lhe foi dado pelo capital financeiro, que não vacilou diante da utilização de métodos criminosos de propaganda, como a campanha de calúnias e difamação do PT e dos seus candidatos Lula e Fernando Haddad.

Ao mesmo tempo, a candidatura Bolsonaro foi apoiada pelos militares, junto aos quais ele não só contava com o prestígio adquirido durante os anos em que defendeu suas demandas na Câmara de Deputados, como realizou campanhas de proselitismo político e a favor da própria candidatura à presidência do País. “Quando Bolsonaro ia fazer campanha nas Academias Militares entre 2014 e 2018, falando diretamente aos cadetes, isso era de conhecimento da cadeia de comando”, como é destacado por Piero Leirner (2021),

antropólogo que pesquisa há trinta anos o meio militar, acrescentando que o livro de memórias do general Villas Bôas (CASTRO, 2021), publicado pela Fundação Getúlio Vargas, explicita a “politização do Exército iniciada durante o governo Lula” e o “endosso do Alto Comando à candidatura de Bolsonaro”.

A referida politização, segundo esse autor, teria resultado de um movimento iniciado em 2007, em reação à homologação da Terra Indígena Raposa do Sol, e se intensificado, quando Lula enviou ao Congresso o projeto de lei que criaria a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Villas Bôas “teve papel decisivo nessa guinada, ao alimentar a politização das tropas enquanto mantinha um discurso legalista em público”. (LEIRNER, 2021). O referido livro do ex-comandante do Exército explicita a existência de tais posicionamentos no meio dos militares. (CASTRO, 2021, p. 187-89)

Quase três anos após ter enviado um *twitter* ameaçador ao STF na véspera do julgamento do ex-presidente Lula, o general Villas Bôas esclarece que essa declaração foi redigida em conjunto com o Alto Comando do Exército, algo que até agora para o público em geral era apenas uma suspeita. Ficou evidente que “o projeto Bolsonaro presidente foi uma construção de generais da ativa e reserva que se efetivou a partir de 2014 e teve o aval de todos que passaram pelo Alto Comando desde então. [...]. Fazer campanha dentro de uma Academia Militar, além de ilegal, só pode ser obra de um consenso”. (LEIRNER, 2021).

Houve uma confluência de interesses do grande capital com as ambições dos militares, sob os auspícios do Alto Comando do Exército. O abandono por seus componentes das teses nacionalistas de outrora, defendidas por alguns deles, e sua substituição pelo alinhamento geopolítico com os desígnios das corporações multinacionais, em especial as de origem estadunidense, tornou os generais brasileiros reféns das políticas de corte neoliberal. A suposta preocupação dos militares com a soberania da Amazônia não passa de retórica, pois na realidade eles têm uma “postura de indiferença sobre a presença de mineradoras estrangeiras na região” (SOARES, 2021).

Nos marcos dessa nova correlação de forças econômicas, sociais e políticas, formada no País, é possível compreender o alinhamento de Bolsonaro ao governo Trump e aos interesses do complexo industrial-militar estadunidense no Brasil, inclusive o combate declarado ao governo da Venezuela; as posições do Itamaraty contra o chamado “globalismo”; a articulação com as igrejas pentecostais, atreladas em grande medida a setores do conservadorismo dos EUA; o combate ao “politicamente correto” e suas consequências como a defesa da “escola sem partido”; a nomeação de 6.157 militares das três Forças Armadas para cargos no governo, inclusive no primeiro escalão, segundo levantamento do Tribunal de Contas da União, dentre os quais 3.029 são da ativa, de acordo com o Ministério da Defesa (SELEME, 2021); assim como outras medidas dirigidas contra a soberania nacional.

Durante os mais de três anos de governança de Bolsonaro evidenciou-se que, ao lado de sua preocupação permanente com a reeleição em 2022, existe a intenção de abolir o que ainda resta no País das instituições e das instâncias de um regime de democracia

representativa burguesa. Várias tentativas nesse sentido foram por ele empreendidas, esbarrando até agora na resistência em maior ou menor grau dessas mesmas instâncias. Câmara Federal, Senado, tribunais — constituem empecilhos aos planos ditatoriais de Bolsonaro e da sua família. Em seu furor destrutivo, proclamado ainda durante a campanha eleitoral, o atual presidente conta com o apoio conquistado junto a setores expressivos das polícias militares, de militares do Exército e das milícias, principalmente no estado do Rio de Janeiro. Conta também com o respaldo proveniente da aliança estabelecida com líderes pentecostais de diversas igrejas evangélicas, assim como a realização de medidas distributivas de renda destinadas aos setores mais desassistidos da população.

Apostando na reeleição em 2022, Bolsonaro tem se empenhado na concessão de vantagens a grupos que pertencem ou podem vir a pertencer à sua base eleitoral, como, por exemplo, a categoria dos caminhoneiros. Entretanto, os esforços dirigidos nessa direção por vezes se chocam, entram em contradição, com os ditames das políticas neoliberais defendidas por Paulo Guedes e pelos representantes do capital financeiro internacionalizado, cujo apoio ao governo é decisivo e imprescindível para sua própria sobrevivência e manutenção. Enquanto Bolsonaro pretende que os preços dos combustíveis não sofram grandes aumentos para evitar a ameaça de greve dos caminhoneiros e a crescente insatisfação popular, a política neoliberal oficialmente adotada por seu governo está direcionada no sentido do atrelamento aos preços internacionais do petróleo e demais combustíveis.

Desesperados com a, cada vez maior, evidência de uma possível vitória eleitoral de Lula nas eleições de outubro de 2022, Bolsonaro e seu grupo palaciano ameaçam diuturnamente com um golpe que evite, antes ou depois, das eleições a derrota que se avizinha. Seu principal argumento é uma suposta vulnerabilidade das urnas eletrônicas, algo amplamente descartado tanto pelas forças políticas nacionais como internacionais. Certamente tal perspectiva golpista não está descartada, embora o grande capital internacionalizado e seus representantes junto ao governo estadunidense já estejam admitindo uma vitória da coligação Lula & Alckmin, sabedores do compromisso dessa chapa com uma governança “dentro da ordem” do capitalismo, conforme a prática dos governos anteriores do PT.

Nesse contexto atual, uma vitória eleitoral de Bolsonaro ou, em caso de sua possível derrota, o desfecho do golpe por ele anunciado, não se deve descartar a possibilidade do estabelecimento de um regime de tipo fascista, meta implícita e explicitamente muitas vezes confessada por Bolsonaro — recurso extremo do qual o capital lança mão quando não consegue assegurar seu domínio através dos meios proporcionados pelo estado de direito burguês.

Conforme a experiência histórica mundial, frente à seriedade de tal ameaça, para garantir a soberania nacional, os direitos democráticos dos trabalhadores e a justiça social, são necessárias a mobilização e a organização de amplos setores populares sob a direção de lideranças capazes de romper com o reformismo burguês (atualmente dominante entre as forças ditas de “esquerda”), lideranças aptas a conduzir as lutas populares pelo caminho

de profundas transformações sociais e políticas que apontem no sentido da superação do capitalismo, rumo ao socialismo. A época dos governos reformistas burgueses de posições “progressistas” parece estar encerrada. Nas circunstâncias atuais, de grave crise do sistema capitalista mundial, o mais provável é que um governo “progressista” desse tipo seja levado a ceder às pressões do neoliberalismo e às imposições do grande capital ou, caso resista a tais pressões, seja deposto, como aconteceu na última década em vários países do continente latino-americano. Ou se marcha para o socialismo ou teremos um capitalismo cada vez mais selvagem e com características crescentemente fascistas.

Temporalis: Em tempos de fortes ataques à ciência e, em especial, ao pensamento crítico, de dismantelamento das instituições de pesquisa, de cortes orçamentários nas políticas sociais e de articulação de uma agenda política regressiva aos direitos sociais e nociva à proteção do meio ambiente e dos povos originários, quais são os grandes desafios postos ao marxismo e às lutas emancipatórias da classe trabalhadora?

Anita Leocádia Prestes: Como assinalei na resposta anterior, penso que, nos marcos do capitalismo, teremos o crescente agravamento das condições de vida dos trabalhadores e de setores expressivos da população brasileira, assim como a intensificação da repressão aos movimentos populares. A única possibilidade de uma verdadeira emancipação social e de uma democracia inclusiva para a grande maioria do nosso povo está na luta pela transformação socialista da sociedade, ou seja, na via revolucionária que abra caminho para o socialismo. Se isso já era necessário antes, hoje se tornou indispensável, dada a crise do sistema capitalista, extremamente grave, e o crescimento brutal de todas suas contradições.

Para avançar por esse caminho, a meu ver, é necessário que as autênticas forças de esquerda, ou seja, as lideranças populares que não tenham abdicado da luta pela transformação socialista da sociedade, que não tenham aderido à perspectiva reformista de dar apenas uma melhorada no capitalismo, se convençam da urgência de voltar todos seus esforços para **organizar, mobilizar e conscientizar** os setores populares, em especial os trabalhadores, brutalmente explorados pelo capital.

Só a **organização popular**, acompanhada de um trabalho cotidiano de **mobilização e conscientização**, será capaz de garantir a consolidação e o avanço de um processo que contemple os genuínos interesses populares. Na hipótese da volta de um governo dito “progressista”, como espera-se que seja o de Lula, caso ele consiga se eleger, esta será uma tarefa necessária e, inclusive, indispensável, pois, como se tem visto ultimamente, o candidato do PT tem apelado em escala crescente a alianças espúrias com setores do grande capital nacional e internacional, o que o poderá levar à subordinação inapelável aos interesses de tais setores. Sabemos que um governo “progressista” desse tipo estará sujeito a ser deposto, caso dê início a medidas que contemplem os interesses dos trabalhadores, na ausência de uma significativa sustentação das grandes massas populares. Para isso, elas precisam estar **organizadas, mobilizadas e conscientes do seu papel transformador**.

Referências

- AYCOBERRY, Pierre. **La question nazie**. Paris: Éditions du Seuil, 1979.
- CASTRO, Celso (org.). **General Villas Bôas: conversas com o comandante**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.
- CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- DIMITROV, Jorge. “La ofensiva del fascismo y las tareas de la Internacional Comunista en la lucha por la unidad de la clase obrera, contra el fascismo”. In: Jorge Dimitrov. **El frente único y popular**. Sofia [Bulgária]: Sofia-Press, 1969. p. 116-197.
- DIMITROV, Jorge. El frente único y la reaccion burguesa. In: Dimitrov, Jorge. **El frente único y popular**. Sofia [Bulgária]: Sofia-Press, 1969a. p. 10-13.
- FERNANDES, Florestan. **Poder e contrapoder na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura**. Rio de Janeiro: Record, 2007. 207 p.
- CODELS, Greg. O regresso bem-vindo da teoria do Capitalismo Monopolista de Estado. **Resistir**, jul. 2018. Disponível em: https://www.resistir.info/crise/smc_resenha_20jul18_p.html. Acesso em: 17 mar. 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v.2.
- HANDAL, Schafik Jorge. **El fascismo en América Latina**. Moscú: Progreso, 1976. n. 4. p. 121-146.
- LEIRNER, Piero. Projeto Bolsonaro presidente foi construção de generais. Entrevista concedida a João Pedro Soares. **DW**, Política, fev. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/projeto-bolsonaro-presidente-foi-construção-de-generais/a-56614896>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- LENIN, Vladímir Ilich. El imperialismo, fase superior del capitalismo. Esboço popular. In: LENIN, Vladímir Ilich. **Obras escogidas en tres tomos**. Moscú: Progreso, 1961. T. 1.
- PINTO, Eduardo Costa. **Bolsonaro e os quartéis: a loucura como método**. Texto para discussão 006, Instituto de Economia da UFRJ, 2019.
- PRESTES, Anita Leocadia. **O capitalismo monopolista de Estado no Brasil e suas particularidades**. Moscou: Instituto de Ciências Sociais, 1975.
- PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes: um comunista brasileiro**. São Paulo, Boitempo, 2015.
- PRESTES, Anita Leocadia. Três regimes autoritários na História do Brasil Republicano: o Estado Novo (1937-1945), a ditadura militar (1964-1985) e o regime atual (a partir do golpe de 2016). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 13, n.1, p.108-129, 2019.

PRESTES, Luiz Carlos. **Intervenção em Seminário dedicado ao 90º aniversário natalício de Jorge Dimitrov, Sófia (Bulgária)**, 18 jun. 1972. (documento datilografado, original, 10 p; arquivo particular desta autora.).

PRESTES, Luiz Carlos. Um “poder” acima dos outros. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 28 set. 1988.

RIZÉRIO, Lara. Quem é Paulo Guedes, o ministro da Fazenda se Bolsonaro for presidente. **InfoMoney**, 27 nov. 2017. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/quem-e-paulo-guedes-o-ministro-da-fazenda-se-bolsonaro-for-presidente/>. Acesso em: 9 out. 2018.

ROCHA, João Cesar de Castro. Entrevista: É hora de se proteger. **Jornal Opção**, p. 5-6, 8 mar. 2020.

SELEME, Ascânio. A infâmia. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2021. p. 10.

TOGLIATTI, Palmiro. Le fascisme italien: huit leçons. **Recherches Internationales**, Paris, n. 68, 3º trimestre 1971.

VALENTE, Rubens. Há 33 anos a palavra oficial do Exército sobre Bolsonaro. **UOL**, fev. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2021/02/25/bolsonaro-exercito-palavra-oficial-editorial.htm>. Acesso em: 25 fev. 2021.